



**ESTADO DO MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA DA
MAGISTRATURA DO ESTADO DO MATO GROSSO**

EDITAL Nº 5/2015/GSCP

O Desembargador **JOÃO FERREIRA FILHO**, Presidente da Comissão do Concurso Público para Ingresso na Carreira da Magistratura do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o **provimento** dos recursos julgados na Sessão Extraordinária Administrativa do Tribunal Pleno realizada em 28.5.2015, torna pública a convocação dos candidatos abaixo relacionados para participarem do **SORTEIO** da data de Arguição da Prova Oral, dos Pontos e da **PROVA ORAL**, em conformidade com o que determina o item 11 do Edital n. 40/2013/GSCP, de 23 de dezembro de 2013, retificando assim, o Edital n. 004/2015, de 6.5.2015.

- **SORTEIO da Data de Arguição da Prova Oral** – dia **17.6.2015, às 9h**, no Auditório do Tribunal de Justiça (antigo Salão Nobre).

- **SORTEIO dos Pontos para os candidatos que irão realizar a Prova Oral no dia 22.6.2015** – dia **17.6.2015, às 10h**, no Auditório do Tribunal de Justiça (Antigo Salão Nobre).

- **SORTEIO dos Pontos para os candidatos que irão realizar a Prova Oral no dia 23.6.2015** – dia **18.6.2015, às 10h**, no Auditório do Tribunal de Justiça (Antigo Salão Nobre).

SORTEIO dos Pontos para os candidatos que irão realizar a Prova Oral no dia 24.6.2015 – dia **19.6.2015, às 10h**, no Auditório do Tribunal de Justiça (Antigo Salão Nobre).

- **PROVA ORAL** – Dias **22, 23 e 24.6.2015**, a partir das 9h no Auditório do Tribunal de Justiça (Antigo Salão Nobre).

A ordem de arguição dos candidatos definir-se-á por sorteio, no dia e hora marcados para a Prova Oral.

INSCRIÇÃO	CANDIDATO
768/2014	ADALTO QUINTINO DA SILVA
722/2014	ANGELA MARIA JANCZESKI GÓES
772/2014	ANTÔNIO FÁBIO DA SILVA MARQUEZINI
747/2014	AROLDI JOSÉ ZONTA BURGARELLI
741/2014	ARTHUR MOREIRA PEDREIRA DE ALBUQUERQUE
770/2014	BRUNO CÉSAR SINGUALANI FRANÇA
764/2014	CARLOS EDUARDO DE MORAES E SILVA
739/2014	CONRADO MACHADO SIMÃO
723/2014	DAIANE MARILYN VAZ
719/2014	DAIENE VAZ CARVALHO GOULART
752/2014	DANIEL DE SOUSA CAMPOS
767/2014	DANTE RODRIGO ARANHA DA SILVA
745/2014	DIEGO HARTMANN
732/2014	EDUARDO OSVALDO BEZ FERRARI
758/2014	ELMO LAMOIA DE MORAES
746/2014	FABIO ALVES CARDOSO
738/2014	FÁBIO PANDO DE MATOS
721/2014	FÁBIO PETENGIL
736/2014	FERNANDO KENDI ISHIKAWA
737/2014	FRANCISCO JUNQUEIRA PIMENTA BARBOSA SANDRIN
718/2014	GLAUBER LINGIARDI STRASCHICNI
729/2014	HUGO GUTPARAKIS DE MIRANDA
728/2014	ÍTALO OSVALDO ALVES DA SILVA
734/2014	JANAÍNA CRISTINA DE ALMEIDA
755/2014	JEAN PAULO LEÃO RUFINO
751/2014	JESUS RODRIGUES CAMARGOS
735/2014	JORGE HASSIB IBRAHIM
757/2014	JULIANO HERMONT HERMES DA SILVA
756/2014	LENER LEOPOLDO DA SILVA COELHO
748/2014	LILIAN BARTOLAZZI LAURINDO
766/2014	MARCIO AYALA PEREIRA
749/2014	MARCIO ROBERTO DA COSTA
765/2014	MARCIO TRINDADE DANTAS
740/2014	MARCOS ANDRÉ DA SILVA
760/2014	MARINA CARLOS FRANÇA
762/2014	MONICA MIRANDA GOMES DE OLIVEIRA
763/2014	NÁDIA BEATRIZ FARIAS DA SILVA
725/2014	NATÁLIA BERTI

733/2014	RAFAEL DEPRA PANICHELLA
726/2014	RAFAEL SIMAN CARVALHO
744/2014	RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA
761/2014	RICARDO FRAZON MENEGUCCI
717/2014	RICARDO NICOLINO DE CASTRO
771/2014	SABRINA ANDRADE GALDINO
720/2014	SUELEN BARIZON
750/2014	THALLES NÓBRE MIRANDA REZENDE DE BRITTO
743/2014	THIAGO CORDERO PIVOTTO
731/2014	TIBÉRIO DE LUCENA BATISTA
742/2014	TULIO CRUZ NOGUEIRA
753/2014	VICTOR LIMA PINTO COELHO
759/2014	VINICIUS ALEXANDRE FORTES DE BARROS

Os membros da Comissão do Concurso arguirão os candidatos sobre os seguintes pontos:

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Direitos e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais, coletivos e difusos. Direitos sociais. Direito de nacionalidade. Direito de cidadania.

2. Garantias constitucionais: princípios e preceitos. Direitos e garantias. Mandado de Segurança individual e coletivo. Ação popular. Ação civil pública. Habeas data. Mandado de injunção. Ação de descumprimento de preceito fundamental.

3. Controle de constitucionalidade das leis: sistema difuso e concentrado de constitucionalidade. Inconstitucionalidade: normas constitucionais. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade.

4. Bases constitucionais da administração pública: princípios constitucionais aplicáveis.

5. Emendas Constitucionais. Conteúdos.

DIREITO CIVIL

1. **DAS NORMAS GERAIS DO DIREITO BRASILEIRO.** Interpretação da norma jurídica. Direito subjetivo e potestativo. Direitos imprescritíveis. Lesão de direito. Relação jurídica. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LICC).

2. DOS FATOS JURÍDICOS.

2.1 Negócio jurídico. Disposições gerais. Requisitos de validade, forma, modo de interpretação e boa-fé.

2.2 Representação.

2.3 Condição, termo e encargo.

2.4 Defeitos. Erro substancial. Dolo. Coação. Estado de perigo. Lesão. Fraude contra credores. Características e consequências.

2.5 Invalidade do negócio jurídico. Negócio nulo. Condições de nulidade. Simulação. Negócio anulável. Condições de anulabilidade. Convalidação. Requisitos. Decadência. Prazo.

2.6 Prova dos fatos jurídicos.

3. DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA.

3.1 Conceitos. Tratamento dispensado pelo atual Código Civil. Disposições Gerais.

3.2 Prescrição. Exceção, renúncia, oportunidade de alegação, reconhecimento ex officio e iniciativa do interessado.

3.3 Interrupção e suspensão da prescrição. Causas, fato com origem criminal. Termo legal da prescrição. Solidariedade. Aproveitamento da prescrição. Condições.

3.4 Prazos de prescrição.

3.5 Decadência. Legal e convencional. Renúncia.

3.6 Meios de prova.

4. DOS CONTRATOS EM GERAL.

4.1 Normas gerais. Tendências atuais do Direito Contratual. Autonomia da vontade. Intervenção do Estado. Função social do contrato.

4.2 Formação dos contratos, estipulação em favor de terceiro, promessa de fato de terceiro, vícios redibitórios, evicção, contratos aleatórios, contrato preliminar, contrato com pessoa a declarar. Teoria da boa-fé objetiva.

4.3 Extinção do contrato. Distrato. Cláusula resolutiva. Exceção do contrato não cumprido. Resolução por onerosidade excessiva.

5. DA RESPONSABILIDADE CIVIL

5.1 Obrigação de indenizar. Elementos essenciais à responsabilidade civil.

5.2 Responsabilidade sem culpa e atividades perigosas.

5.3 Responsabilidade civil por ato ou fato de terceiro.

5.4 Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público. Natureza da responsabilidade, atos omissivos, sujeitos passivos, atos judiciais em geral, erro judiciário.

5.5 Indenização.

6. DA POSSE.

6.1 Conceito e classificação. Detenção. Aquisição. Efeitos e perda. Composses e defesa dos direitos possessórios.

6.2 Posse justa, violenta, clandestina e precária. Posse de boa-fé. Constituto possessório.

6.3 Aquisição, efeitos, desforço próprio. Direitos do possuidor de boa-fé. Obrigações e direitos do possuidor de má-fé. Exceptio proprietatis. Perda da posse.

7. DA PROPRIEDADE.

7.1 Direitos inerentes à propriedade, finalidades econômica e social, privação do direito de propriedade, situações.

7.2 Aquisição da propriedade imóvel. Modos. Usucapião, tipos e prazos, justo título, accessio possessionis. Aquisição pelo registro do título.

7.3 Aquisição da propriedade móvel: modos, prazos, justo título e boa-fé. Tradição.

7.4 Perda da propriedade. Formas.

7.5 Direitos de vizinhança. Uso anormal da propriedade. Meios e formas de aferição. Interferências justificadas por interesse social. Indenização. Dano iminente. Ameaça de ruína.

7.6 Da passagem forçada. Limites entre prédios. Direito de construir.

7.7 Condomínio. Condomínio voluntário e necessário. Administração. Condomínio edilício. Extinção.

7.8 Propriedade resolúvel e propriedade fiduciária. Alienação

fiduciária.

8. OUTROS DIREITOS REAIS.

8.1 Superfície. Servidão. Forma de constituição, exercício e extinção. Usufruto. Direitos e deveres do usufrutuário. Extinção do usufruto.

8.2 Uso. Habitação.

8.3 Penhor, hipoteca e anticrese.

9. DIREITO DE FAMÍLIA - Direitos pessoais.

9.1 Casamento. Formas, pressupostos, capacidade, impedimentos, causas suspensivas, celebração, provas, nulidade, anulabilidade e eficácia.

9.2 Dissolução do casamento. Dissolução da sociedade conjugal e do vínculo matrimonial. Formas, causas, hipóteses de impossibilidade de vida em comum.

9.3 Separação, divórcio e proteção da pessoa dos filhos.

9.4 Relação de parentesco, filiação, reconhecimento dos filhos, adoção, poder familiar e bem de família.

10. DO DIREITO DAS SUCESSÕES.

10.1 Da sucessão em geral. Herança e administração. Vocações hereditárias. Aceitação e renúncia. Exclusão da sucessão. Herança jacente. Petição de herança.

10.2 Sucessões legítimas. Ordem de vocação hereditária. Herdeiros necessários. Direito de representação.

10.3 Sucessões testamentárias. Testamento em geral. Capacidade de testar. Testamentos público, cerrado e particular. Codicilo. Legados e sua caducidade. Testamentos especiais. Direito de acrescer entre herdeiros e legatários. Substituições. Deserdação. Redução das disposições testamentárias. Revogação e rompimento do testamento.

10.4 Inventário e partilha. Sonegados. Pagamento de dívidas. Colação de bens. Garantia dos quinhões hereditários. Anulação de partilha.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Princípios processuais. Contraditório. Ampla defesa. Motivação. Devido processo legal. Juiz natural. Economia processual. Colaboração entre o órgão judicial e as partes. Princípio dispositivo em sentido material e formal. Princípio da demanda. Estabilidade objetiva e subjetiva da demanda. Imparcialidade e independência do juiz. Princípio da eventualidade. Perpetuatio iurisdictionis. Princípio da boa-fé e lealdade. Princípio da preclusão. Princípio da publicidade.

2. Juiz. Poderes do juiz. Juízo de fato e de direito. Poderes instrutórios. Limites formais à atuação do juiz. Atuação oficiosa. Juízo de equidade. Lacunas na lei e sentença. Condução do processo. Responsabilidade civil do juiz por perdas e danos. Princípio da imediatidade. Impedimento e suspeição do juiz.

3. Atos processuais. Forma. Tempo. Prazos. Comunicação dos atos. Nulidades e sua relativização. Valor da causa.

4. Prova. Fontes e meios de prova. Regras sobre o ônus da prova. Juízos de verossimilhança e de probabilidade. Regra de experiência. Prova indiciária. Avaliação da prova pelo juiz.

5. Processo de conhecimento: procedimentos ordinário e sumário. Petição inicial. Resposta. Revelia. Declaração incidental. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência. Sentença, coisa julgada e ação rescisória.

6. Execução em geral. Espécies de execução. Embargos do devedor. Execução por quantia certa contra devedor insolvente. Remição. Suspensão e extinção do processo de execução.

7. Tutela de urgência. Processo cautelar. Teoria geral. Procedimentos cautelares nominados e inominados. Tutela antecipada. Fungibilidade.

8. Procedimentos especiais. Jurisdição contenciosa: consignação em pagamento, depósito, prestação de contas, possessórias, usucapião, inventário e partilha, embargos de terceiro e monitória. Jurisdição voluntária: interdição, curatela, tutela, separação judicial, divórcio, testamentos e codicilos, herança jacente, ausência. Ações de alimentos, de acidente do trabalho, de despejo e demais ações da Lei n. 8.245/91 e da Lei n. 4.504/64.

9. Recursos. Teoria geral. Apelação. Agravo. Embargos de declaração. Embargos infringentes. Recursos especial e extraordinário.

10. Assistência judiciária gratuita (Lei n. 1.060/50). Assistência jurídica gratuita (art. 134 da CF).

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1. Constituição Federal de 1988 – Infância e Juventude.
2. ECA e Legislação Complementar.
3. Princípios e Definições Gerais do Estatuto da Criança e do Adolescente.
4. Dos Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente.
5. Da Família Natural e da Família Substituta. Poder Familiar. Guarda. Adoção. Tutela.
6. Das Medidas de Proteção e das Medidas Pertinentes a Pais e Responsáveis.
7. Da Prática de Atos Infracionais.
8. Do Conselho Tutelar.
9. Do Acesso à Justiça. Do Juízo da Infância e Juventude, sua Competência, seus Procedimentos e Recursos. Dos Serviços Auxiliares. Do Ministério Público. Do Advogado e da Defensoria Pública. Autorização para Viagens. Da Proteção Judicial dos Interesses Individuais, Difusos e Coletivos.
10. Dos Crimes e das Infrações Administrativas.

DIREITO DO CONSUMIDOR

1. Dos Direitos do Consumidor. Conceito de Consumidor. Conceito de consumidor por equiparação. Conceito de fornecedor. Conceito de produto e serviço.
2. Da Política Nacional de Relações de Consumo.
3. Dos Direitos Básicos do Consumidor.
4. Da Qualidade de Produtos e Serviços, da Prevenção e da Reparação dos Danos. Da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Da responsabilidade por vício do produto e do serviço. Da decadência e da prescrição. Da desconsideração da personalidade jurídica.
5. Das Práticas Comerciais. Da oferta. Da publicidade. Das práticas abusivas. Da cobrança de dívidas. Dos bancos de dados e cadastros de consumidores.

6. Da Proteção Contratual. Das cláusulas abusivas. Dos contratos de adesão.

7. Das Sanções Administrativas.

8. Da Defesa do Consumidor em Juízo. Das ações coletivas para a defesa de interesses individuais. Das ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços. Da coisa julgada.

DIREITO EMPRESARIAL

1. Recuperação judicial, extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

2. Microempresa e empresa de pequeno porte.

3. Ações Cambiárias: formas processuais para o recebimento de somas cambiárias; ação de regresso; inoponibilidade de exceções; responsabilidade patrimonial e fraude à execução; embargos do devedor e exceção de pré- executividade; ação de anulação e substituição de título.

4. Intervenção e liquidação extrajudicial de instituições financeiras.

5. Contratos empresariais: compra e venda comissão, alienação fiduciária em garantia, leasing, factoring e franchising.

DIREITO PENAL

1. Crime. Relação de causalidade. Crime consumado e crime tentado. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Crime impossível. Crime doloso e crime culposo. Agravação pelo resultado.

2. Tipicidade. Erro sobre elementos do tipo. Descriminantes putativas. Erro determinado por terceiros. Erro sobre a pessoa. Erro sobre a ilicitude do fato.

3. Penas. Penas restritivas de direito. Pena de multa. Cominação das penas. Limite das penas. Concurso de infrações.

4. Concurso de crimes. Concurso formal. Concurso material. Crime continuado. Erro na execução. Resultado diverso do pretendido.

5. Crimes contra a pessoa. Crimes contra a vida. Lesões corporais. Periclitação da vida e da saúde. Rixa.

6. Crimes contra o patrimônio. Furto. Roubo. Extorsão.

Extorsão mediante sequestro. Usurpação. Dano. Apropriação indébita. Apropriação indébita previdenciária. Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza. Apropriação de coisa achada. Estelionato e outras fraudes. Receptação.

7. Crimes contra a dignidade sexual.

8. Crimes contra a administração pública. Crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral. Crimes praticados por particular contra a administração em geral.

9. Crimes de responsabilidade. Crimes de responsabilidade de prefeitos e vereadores (Decreto - Lei n. 201/67). Crimes de abuso de autoridade (Lei n. 4.898/65).

10. Crimes definidos no Código de Trânsito Brasileiro (Lei n. 9.503/97). Crimes definidos no Estatuto do Desarmamento (Lei n. 10.826/03). Crimes de drogas (Lei n. 11.343/06). Crimes hediondos (Lei n. 8.072/90). Crimes de tortura (Lei n. 9.455/97).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Processo penal em geral. Disposições preliminares. Sistemas processuais. Princípios processuais penais contidos no Código de Processo Penal, em leis ordinárias, na Constituição Federal e nos diplomas internacionais ratificados pelo Brasil.

2. Da fase preliminar do processo penal. Modelos de investigação criminal, poderes e deveres investigatórios. Metodologias investigatórias: agentes encoberto, infiltrado e provocador; delação; intervenções corporais; monitoramento; captações acústicas e visuais. Atos de investigação, atos de prova e argumentos de prova.

3. Da ação penal e ação civil derivada do ilícito criminal.

4. Jurisdição. Competência. Questões e processos incidentes.

5. Partes e sujeitos processuais. O Juiz. O Ministério Público. A defesa pública e a privada. O acusado. Querelante. O assistente de acusação. A vítima. Peritos. Funcionários da Justiça.

6. Da prova. Princípios. Espécies: perícias, documentos e testemunhas. O interrogatório e a confissão do réu. O reconhecimento e a acareação. Provas típicas e atípicas. Licitude, ilicitude e regras de exclusão.

Delação. Prova emprestada.

7. Medidas cautelares reais e pessoais. Liberdade e prisão. Fiança. Prisão domiciliar. Medidas cautelares alternativas e substitutivas da prisão. Flagrante. Interceptações telefônicas e de dados. Quebra de sigilo: bancário e fiscal. Captações acústicas e visuais.

8. Dos processos em espécie. Processos comum, ordinário, sumário e sumaríssimo. Processos especiais previstos no Código de Processo Penal e em leis especiais. Processo nos crimes de competência do Tribunal do Júri, em toda as suas fases, com seus componentes jurisdicionais e administrativos.

9. Defeitos processuais. Inexistência. Irregularidades. Nulidades. Inadmissibilidade. Inutilização.

10. Juizados Especiais Criminais. Violência doméstica. Leis n. 9.099/95 e n. 11.340/06.

DIREITO AMBIENTAL

1. Proteção constitucional ao meio ambiente. Conceito de Direito Ambiental. Fontes. Princípios constitucionais ambientais. Princípio da dignidade da pessoa humana como base para o direito ao meio ambiente equilibrado. Princípio do desenvolvimento sustentável. Princípio da precaução – Declaração do Rio (Rio 92). Princípio da Prevenção. Princípio do poluidor-pagador.

2. Repartição de competências em matéria ambiental. Competência federal. Competência estadual. Competência municipal. Competências privativas, concorrentes e comuns. Poder de polícia.

3. Responsabilidade ambiental na Constituição Federal de 1988. O dano ambiental. Conceito. Responsabilidade penal, administrativa e civil. Formas de reparação. Responsabilidade por risco.

4. Áreas de preservação permanente e unidades de conservação. Fundamentos constitucionais. Patrimônio nacional. Unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável.

5. Ações judiciais de proteção ambiental. Ação civil pública. Mandado de segurança coletivo. Ação popular. Desapropriação. Tombamento. Inventário. Instrumentos urbano-ambientais de proteção ao meio ambiente e ao patrimônio cultural. Lei nº 10.257/01.

NOÇÕES DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

1. SOCIOLOGIA DO DIREITO

1.1 Relações sociais e relações jurídicas. Controle social e o Direito. Transformações sociais e Direito.

1.2. Direito, Comunicação Social e opinião pública.

2. PSICOLOGIA JUDICIÁRIA

2.1 Psicologia e Comunicação: relacionamento interpessoal, relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia.

2.2 Teoria do conflito e os mecanismos auto compositivos. Técnicas de negociação e mediação. Procedimentos, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução conciliada dos conflitos.

3. ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL

3.1. Direitos e deveres funcionais da Magistratura.

3.2. Código de Ética da Magistratura Nacional.

3.3. Sistemas de controle interno do Poder Judiciário: Corregedorias, Ouvidorias, Conselhos Superiores e Conselho Nacional de Justiça.

4. FILOSOFIA DO DIREITO

4.1. O conceito de Justiça. Sentido lato de Justiça, como valor universal. Sentido estrito de Justiça, como valor jurídico-político. Divergências sobre o conteúdo do conceito.

4.2. O conceito de Direito. Equidade. Direito e Moral.

5. TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA

5.1 Ideologias.

Cada examinador disporá de até (quinze) minutos para a arguição do candidato, atribuindo-lhe nota na escala de 0 (zero) a 10 (dez). Durante a arguição, o candidato poderá consultar códigos ou legislação esparsa não comentados ou anotados, a critério da Comissão Examinadora. (Res. CNJ n.75/2009, art. 65,§ 5º).

Cuiabá, 29 de maio de 2015.

Desembargador **João Ferreira Filho**
Presidente da Comissão